



Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

1º Juízo

Pr.Do Município, Ed Ex-Escola Prática de Cavalaria - 2005-345 Santarém
Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Proc.Nº 20/16.3YUSTR

128852

CONCLUSÃO - 30-03-2016

(Termo electrónico elaborado por Escrivão Auxiliar Carolina Barreiro)

=CLS=

I. Nos presentes autos, o arguido, aqui recorrente, **Banco Comercial Português, S.A.**, veio apresentar recurso de medidas de autoridade administrativa (fls. 3 a 27) de decisão administrativa da **Autoridade da Concorrência – AdC** proferida no processo de contra-ordenação PRC/2012/9, que indeferiu o pedido de junção aos autos e consulta de elementos desentranhados relativos ao pedido de dispensa e redução da coima submetido pela visada Montepio.

A **AdC** veio remeter o processo, juntamente com contra-alegações, nos termos e para os efeitos do artigo 85.º, n.º 1 e 2 do NRJC (fls. 52 a 71).

O Ministério Público apresentou os autos a juízo nos termos e para os efeitos do artigo 62.º, n.º 1 do R.G.CO. (cfr. fls. 240 e 241).

No processo n.º 21/16.1YUSTR (apensado sob a referência A), o arguido, aqui recorrente, **Banco Comercial Português, S.A.**, veio apresentar recurso de medidas de autoridade administrativa (fls. 5 a 22 do apenso A) de decisão administrativa da **Autoridade da Concorrência – AdC** proferida no processo de contra-ordenação PRC/2012/9, que indeferiu o requerimento de apensação dos processos de contra-ordenação com os n.ºs PRC/2015/08 e PRC/2015/09 ao mencionado processo de contra-ordenação PRC/2012/9 e que indeferiu a suspensão dos presentes autos até ao termo da investigação dos factos em causa nos processos PRC/2015/08 e PRC/2015/09.

A **AdC** veio remeter o processo, juntamente com contra-alegações, nos termos e para os efeitos do artigo 85.º, n.º 1 e 2 do NRJC (fls. 43 a 58 do apenso A).

O Ministério Público apresentou os autos a juízo nos termos e para os efeitos do artigo 62.º, n.º 1 do R.G.CO. (cfr. fls. 232 e 233 do apenso A).

No processo n.º 37/16.8YUSTR (apensado sob a referência B), o arguido, aqui recorrente, **Banco Santander Totta, S.A.**, veio apresentar recurso de medidas de autoridade administrativa (fls. 75 a 106 do apenso B) de decisão administrativa da **Autoridade da Concorrência – AdC** proferida no processo de contra-ordenação PRC/2012/9, que indeferiu



Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

1º Juízo

Pr.Do Município, Ed Ex-Escola Prática de Cavalaria - 2005-345 Santarém
Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Proc.Nº 20/16.3YUSTR

o pedido da recorrente de exclusão do processo de toda a informação pessoal, informação relativa a clientes, informação relativa a aconselhamento jurídico e a comunicações com advogados e auditores, bem como informações gerais relevantes para o objecto da prova do processo.

A **AdC** veio remeter o processo, juntamente com contra-alegações, nos termos e para os efeitos do artigo 85.º, n.º 1 e 2 do NRJC (fls. 3 a 24 do apenso B).

O Ministério Público apresentou os autos a juízo nos termos e para os efeitos do artigo 62.º, n.º 1 do R.G.CO. (cfr. fls. 285 do apenso B).

No **processo n.º 38/16.6YUSTR** (apensado sob a referência C), o arguido, aqui recorrente, **Banco Santander Totta, S.A.**, veio apresentar recurso de medidas de autoridade administrativa (fls. 247 a 262 do apenso C) de decisão administrativa da **Autoridade da Concorrência – AdC** proferida no processo de contra-ordenação PRC/2012/9, que indeferiu o pedido da recorrente de disponibilização de cópia integral da versão consultável do processo.

A **AdC** veio remeter o processo, juntamente com contra-alegações, nos termos e para os efeitos do artigo 85.º, n.º 1 e 2 do NRJC (fls. 3 a 28 do apenso C).

O Ministério Público apresentou os autos a juízo nos termos e para os efeitos do artigo 62.º, n.º 1 do R.G.CO. (cfr. fls. 297 do apenso C).

*

O Tribunal é materialmente competente.

Inexistem questões prévias ou incidentais de que cumpra conhecer, susceptíveis de obstar à apreciação do mérito da causa.

*

Por ter sido tempestivamente interposto, por quem tem legitimidade para o efeito, e com respeito pelas legais exigências de forma, admito o presente recurso de recurso de medidas de autoridade administrativa proferidas no processo contra-ordenacional n.º PRC/2012/09, interposto pelos recorrentes **Banco Comercial Português, S.A.** e **Banco Santander Totta, S.A.**, em harmonia com o disposto no art.º 85.º do novo Regime Jurídico da Concorrência (NRJC), aprovado pela Lei n.º 19/2012, de 08 de Maio.

*



Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

1º Juízo

Pr.Do Município, Ed Ex-Escola Prática de Cavalaria - 2005-345 Santarém
Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Proc.Nº 20/16.3YUSTR

Considerando que *o novo RJC veio expressamente regulamentar os recursos das decisões interlocutórias e fê-lo de forma que se pode considerar completa, não deixando por isso, margem para aplicação subsidiária do art.º 55.º do RGCO* (MARIA JOSÉ COSTEIRA e FÁTIMA REIS SILVA, LEI DA CONCORRÊNCIA, Comentário Conimbricense, Almedina, pág. 822); considerando que a decisão administrativa em causa não configura uma sanção para efeitos da aplicação do art.º 84.º, n.º 4 do NRJC; considerando a remissão sucessiva dos artigos 83.º do NRJC e do 41.º do R.G.CO. para os artigos 407.º, n.º 1 e 408.º, n.º 3 do Código de Processo Penal; considerando que a legalidade do acesso à prova documental e confidencial de valor não inculpatório pelos demais sujeitos processuais na fase administrativa está dependente da decisão a proferir nos presentes autos, **o presente recurso tem efeito suspensivo.**

*

Registe e autue como Recurso de Medidas de Autoridade Administrativa.

* * *

*

II. Nos presentes autos, em 03-03-2016 (cfr. fls. 259), consignou-se que *a legítima posição apresentada pelo Ministério Público, por requerimento de 26-02-2016, de oposição à apensação e tramitação promovida e já decidida (pontos 1; 2 e 3 do requerimento) em nada influi na tramitação dos autos.*

Nos mesmos autos, em 10-03-2016 (cfr. fls. 262 e 263), foi proferido despacho a *determinar a formação de um único processo entre os presentes autos e os processos n.º38/16.6YUSTR e n.º 37/16.8YUSTR, a correr termos neste Tribunal.*

Não se conformando com os despachos proferidos, o Ministério Público veio interpor recurso para a secção criminal do Tribunal da Relação de Lisboa, a subir em separado, imediatamente e com efeito devolutivo (cfr. fls. 269 a 274).

*

Porque é legal, tempestivo, interposto por quem tem legitimidade, estando devidamente instruído com as respectivas alegações e conclusões, **admito o recurso de 18-13-2016 (cfr. fls. 269 a 274), interposto pelo Ministério Público dos despachos de 03-03-2016 e de 10-**



Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

1º Juízo

Pr.Do Município, Ed Ex-Escola Prática de Cavalaria - 2005-345 Santarém
Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Proc.Nº 20/16.3YUSTR

03-2016, com subida imediata¹, em separado e com efeito suspensivo², nos termos das disposições conjugadas dos artigos 83.º; 85.º, n.º 3 e 89.º, n.º 1 do NJRC; 399.º; 401.º, n.º 1 al. a); 406.º, n.º 2, parte final; 407.º, n.º 1, al. a) – *recorribilidade, legitimidade e subida em separado e imediatamente*; 408.º, n.º 3 - *efeito suspensivo*; 411.º, n.º 1 al. a); 412.º; 414.º, n.º 1 e 2 – *prazo; motivação, conclusões e recebimento*, todos do C.P.P., e artigos 41.º, n.º 1; 73.º, n.º 1 al. a) e 74.º, n.º 4, do R.G.CO.

Notifique os recorrentes e a autoridade administrativa, nos termos do art.º 411.º, n.º 6 do C.P.P.

*

Texto elaborado em computador e integralmente revisto pelo signatário

Santarém, ds.

O Juiz de Direito

Alexandre Leite Baptista

¹ Por aplicação do art.º 407.º, n.º 1 do C.P.P. – “*questão que tem afadigado a jurisprudência é a de saber quando é que um acto é um “acto absolutamente inútil”. Tem-se respondido, em geral, que tal só sucede quando tal acto perca toda a utilidade, mas não assim, quando, embora implicando porventura a anulação do processado entretanto consumado, a decisão do recurso venha a produzir os efeitos pretendidos pelo recorrente, ou, pelo menos, alguns deles. Parece que, como em tudo na vida, se impõe ver a questão com alguma ponderação. Em geral e, sobretudo, nos chamados processos monstruosos, a anulação do processado ou de parte dele, é uma consequência, em princípio a evitar, dados não apenas os desperdícios de energia que sempre trazem como, inevitavelmente, a quebra de prestígio do tribunal recorrido, com reflexos na imagem global dos Tribunais*”, havendo que avaliar as consequências de um possível provimento do recurso, tendo presentes os princípios da proporcionalidade, da economia de meios e da recorribilidade dos actos processuais, *optando-se, na dúvida, pela subida e conhecimentos imediatos do recurso* – ANTÓNIO PEREIRA MADEIRA, Código de Processo Penal Comentado, Almedina, 2014, fls. 1331 e 1332.

² Por decorrência lógica da recorribilidade e subida imediata de recurso. Isto é, a motivação da definição do momento de subida imediato implica, necessariamente, que se fixe efeito suspensivo e subida em separado como se depreende dos artigos 406.º, n.º 2 e 408.º, n.º 3, ambos do C.P.P., visto que a atribuição de efeito meramente devolutivo conflituaria com as razões justificativas do conhecimento imediato pelo Tribunal de recurso.